



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA**

### **PROCESSO 28/2025-STJD-RECURSO VOLUNTÁRIO**

**RECORRENTE: BENÍCIO ABDALA DURANS PIRES LEAL (REPRESENTADO POR SEU RESPONSÁVEL SR. RAPHAEL ABDLLA PIRES LEAL)**

**RECORRIDO: PROCURADORIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO AUTOMOBILISMO**

**RELATOR: RAFAEL PAPINI RIBEIRO**

### **I. RELATÓRIO.**

Cuida-se de recurso voluntário interposto por BENÍCIO ABDALA DURANS PIRES LEAL, piloto menor, representado por seu genitor e responsável legal RAPHAEL ABDLLA PIRES LEAL, contra acórdão da Comissão Disciplinar do STJD do Automobilismo que julgou procedente a denúncia ofertada pela Procuradoria, aplicando ao primeiro denunciado a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, com fundamento no art. 133, inciso X, c/c art. 142.2, “a”, do CDA, e ao segundo denunciado a pena de multa de 20 (vinte) Ups, nos termos do art. 133, inciso IV, c/c art. 137, item 4, do CDA.

Consoante narrado pela Procuradoria na peça inaugural, o segundo denunciado, pai do piloto, publicou em redes sociais mensagem de conteúdo gravemente ofensivo à lisura do certame e à probidade institucional da CBA, insinuando favorecimento indevido e condicionamento de investigações a pagamento, nos seguintes termos:

*“E a corrida aqui é só de um, que provavelmente vença amanhã! Pq ele nem precisa disputar, tem motor fornecido pela CBA, que é o melhor de todos, e não adianta pedir para investigar, para isso temos que pagar!!!! Afff!!! Decepção!!”.*

A Procuradoria enquadrou a conduta, em tese, no art. 132.1, inciso V, do CDA (ato de desrespeito às autoridades constituídas da competição, inclusive por mídias sociais), destacando, ainda, que os atos do responsável legal irradiam penalização ao piloto

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA

menor, nos termos dos arts. 132 e 132.3 do mesmo diploma. Ao final, requereu a intimação dos denunciados para eventual transação disciplinar (pena pecuniária e medida socioeducativa), ou, em caso de não aceite, o regular recebimento da denúncia.

Os autos indicam que as intimações relativas à denúncia foram enviadas ao e-mail [raphaelleal2222@gmail.com](mailto:raphaelleal2222@gmail.com), endereço constante do cadastro oficial da CBA, tendo sido juntada Delivery Status Notification (DSN) demonstrando aceitação do e-mail pelo servidor de destino, com status 2.0.0 (*success*) e ação *relayed*, sem rejeição ou falha no percurso. A Secretaria certificou a ausência de defesa, apesar da regular intimação.

Houve, na sequência, intimação para a Sessão Virtual de Instrução e Julgamento designada para 12/11/2025, à qual os denunciados não compareceram. A Comissão Disciplinar, então, julgou procedente a denúncia e aplicou as penas já referidas, expedindo novas intimações do acórdão ao mesmo e-mail cadastrado, com confirmação de recebimento.

Posteriormente, os denunciados constituíram patrono (fl. X) e interpuseram recurso voluntário, arguindo, em síntese: *i*) nulidade de citação/intimação por alegada ausência de efetiva ciência, sustentando que o e-mail cadastrado estaria desativado há anos e que o endereço realmente utilizado seria [raphaelleal@hotmail.com](mailto:raphaelleal@hotmail.com); *b*) prejuízo ao contraditório e à ampla defesa, inclusive para avaliar eventual transação disciplinar; *c*) necessidade de anulação do acórdão com retorno dos autos à Comissão Disciplinar para novo julgamento; *d*) concessão de efeito suspensivo para permitir participação do piloto menor na 60ª Etapa do Campeonato Brasileiro de Kart 2025.

Em sede de cognição sumária, deferi o efeito suspensivo pleiteado, reconhecendo, de modo excepcional, a presença dos requisitos do art. 138-C, §1º, do CBJD, especialmente diante do risco de dano grave e da suposta plausibilidade controvertida, porém não inexistente, da tese recursal (consoante exposto na decisão que deferiu o efeito suspensivo).

A Procuradoria, então, formulou pedido de reconsideração parcial, requerendo,

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA

mantida a tutela suspensiva, que os resultados eventualmente obtidos pelo piloto fossem publicados *sub judice*, com sobrestamento de troféus e bonificações até o julgamento do Pleno. O pleito foi acolhido, determinando-se a anotação *sub judice* e a suspensão de premiações, para preservar reversibilidade, segurança jurídica e higidez do certame (assim como informado na decisão que reconsiderou parcialmente).

Por fim, o parecer da Procuradoria apontou que o recurso não deve ser provido.

Na preliminar, afirmou não haver nulidade de citação, pois todas as intimações foram enviadas ao endereço [raphaelleal2222@gmail.com](mailto:raphaelleal2222@gmail.com), indicado pelo próprio recorrente na ficha cadastral de 2025. Ressaltou que pilotos e responsáveis têm o dever legal de manter seus dados atualizados (art. 41, I e II, do CDA), não podendo invocar a própria omissão para anular atos regulares.

A Procuradoria destacou diligências junto à CBA que demonstraram uso recente e efetivo do e-mail cadastrado. Em 16/01/2025, a comunicação de renovação de licença foi enviada, entregue e lida no Gmail, seguida do pagamento realizado minutos depois. Também o e-mail com a decisão de suspensão, enviado em 14/11/2025, foi recebido e lido.

Segundo o parecer, isso revela tentativa de uso seletivo das comunicações, contrariando a boa-fé objetiva e o princípio da vedação ao comportamento contraditório. Invocou ainda o art. 565 do CPP, aplicado subsidiariamente, segundo o qual ninguém pode alegar nulidade que tenha causado. Lembrou, por fim, que o art. 50 do CBJD permite o prosseguimento do processo após a citação, ainda que o citado não compareça.

Quanto ao mérito, a Procuradoria sustentou que as mensagens divulgadas em rede social excedem o exercício legítimo da liberdade de expressão e configuram infração ao art. 132.1, V, do CDA, por desacato às autoridades da competição.

Considerou, ainda, correta e proporcional a dosimetria fixada pela Comissão Disciplinar.

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA

Ao final, opinou pela rejeição da preliminar e, no mérito, pela manutenção integral do acórdão recorrido.

É o relatório.

### II. VOTO.

O cerne do recurso consiste em saber: *i)* se houve nulidade de citação/intimação apta a comprometer a validade do julgamento pela Comissão Disciplinar; *ii)* em caso afirmativo, quais os efeitos sobre o acórdão recorrido e sobre a possibilidade de análise de transação disciplinar; *iii)* e, no mérito disciplinar, se a subsunção típica e a reprimenda impostas se mostram adequadas, especialmente quanto à repercussão da conduta do responsável legal sobre o piloto menor.

A Justiça Desportiva, embora regida pelos princípios da celeridade, oralidade e informalismo moderado, não prescinde do contraditório efetivo e da ampla defesa, que assumem especial densidade quando se cuida de atleta menor de idade.

No caso, a Comissão Disciplinar realizou intimações por meio eletrônico ao endereço raphaelleal2222@gmail.com, constante do cadastro oficial da CBA. Não bastasse o registro formal de envio, foi juntada DSN com status técnico de entrega bem-sucedida pelo servidor de destino, indicando aceitação integral da mensagem, sem rejeição, falha ou bloqueio.

Em regra, portanto, há presunção de regularidade dos atos de comunicação oficial realizados para o e-mail informado no cadastro do próprio participante/representante. Tal presunção decorre da boa-fé objetiva e do dever mínimo de cooperação procedimental, que impõe ao jurisdicionado o ônus de manter atualizados seus dados perante a entidade organizadora.

Em matéria de nulidade, vigora o princípio de que não há nulidade sem prejuízo concreto. O recorrente afirma, com plausibilidade mínima, que não teve oportunidade de

## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA**

apresentar defesa, de participar da sessão de julgamento e de avaliar a proposta de transação disciplinar formulada pela Procuradoria. Se tais alegações se confirmarem, o prejuízo é evidente e substancial. A ausência total de defesa em processo sancionatório disciplinar, sobretudo envolvendo menor, configura vício de alta gravidade.

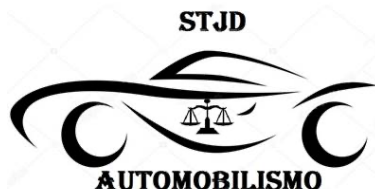
De outro lado, o conjunto probatório registra que o e-mail Gmail permaneceu válido e cadastrado, inclusive após renovação da cédula desportiva em 2025, sem pedido de alteração. Assim, há também forte indício de que eventual desatualização foi causada por negligência do próprio interessado, o que, em tese, afasta a nulidade.

É preciso saber se houve comunicação institucional recente ao endereço Hotmail capaz de gerar expectativa legítima de uso contínuo, se o Gmail estava de fato desativado ou inacessível e se existem elementos objetivos indicando que o denunciado tinha conhecimento extraoficial do processo.

À vista da instrução constante dos autos, observo que há prova robusta de envio formal e aceitação pelo servidor e que não existem, por ora, documentos inequívocos demonstrando que a CBA ou o STJD utilizavam habitualmente o endereço Hotmail para comunicações oficiais do denunciado no mesmo período das intimações questionadas, em grau capaz de infirmar a presunção de regularidade decorrente do cadastro.

Com isso, em juízo aprofundado, entendo que não se comprovou vício capaz de anular as intimações. A mera alegação de desuso do e-mail cadastrado, desacompanhada de prova cabal de comunicação institucional recente por outro canal, não é suficiente para destruir a presunção de validade dos atos processuais.

Ressalto: a Justiça Desportiva não pode ser transformada em ambiente de incerteza procedimental. O participante/representante não escolhe livremente, a cada processo, qual endereço deseja considerar válido; deve, sim, atualizar formalmente seus dados perante a entidade competente. Do contrário, a própria disciplina coletiva da competição resta vulnerada.



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA

À vista de todo o exposto, rejeito a preliminar de nulidade, porquanto as intimações foram regularmente expedidas ao endereço eletrônico constante da ficha cadastral de 2025, inexistindo qualquer vício capaz de comprometer a validade do procedimento ou de afastar a eficácia das comunicações oficiais.

Superada a questão processual, reconheço que a conduta divulgada nas redes sociais pelo responsável legal do piloto extrapola os limites legítimos da liberdade de manifestação, subsumindo-se diretamente ao disposto no art. 132.1, V, do CDA, conforme corretamente concluiu a Comissão Disciplinar.

**O segundo denunciado é pai e representante de piloto menor, com amplo acesso ao ambiente competitivo e posição que naturalmente o coloca como exemplo de conduta.** Mensagens agressivas e depreciativas, divulgadas de forma pública, acabam por irradiar um padrão negativo de comportamento a pilotos em plena fase de formação. **Soma-se a isso o fato de que outra responsável, JULIANA RAMPAZZO, responsável pelo piloto GAEL RAMPAZZO, que inicialmente replicara mensagem semelhante, retratou-se espontaneamente,** gesto não adotado pelo recorrente, que não apresentou, até o momento, qualquer sinal de arrependimento ou retratação.

A reprimenda aplicada mostra-se proporcional e adequada à gravidade da infração, especialmente porque a manifestação ofensiva partiu de quem, além de responsável legal, exerce papel formador e de referência imediata na trajetória esportiva do atleta menor.

A suspensão de 30 dias imposta ao piloto, ainda que decorrente da conduta de seu representante, não pode ser afastada pela liminar deferida no curso do recurso, sob pena de esvaziar-se a função pedagógica da sanção. Todavia, a execução da penalidade deve preservar sua utilidade e finalidade: não haveria sentido em restabelecer a suspensão em período desprovido de competições oficiais, pois isso, além de frustrar o caráter formativo da reprimenda, poderia incentivar a prática deliberada de infrações em momentos estrategicamente escolhidos pelo infrator, justamente para que o cumprimento da pena se tornasse inócuo.



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA

Diante do exposto, nego provimento ao recurso, mantenho integralmente o acórdão recorrido e modulo os efeitos da suspensão para que sua execução se dê durante o próximo Campeonato Brasileiro de Kart (2026), assegurando que a sanção cumpra, no momento oportuno, sua função disciplinar e educativa, nos termos do art. 142.2, inciso VII, do CDA.

### III. DISPOSITIVO.

Ante o exposto, à vista dos fundamentos desenvolvidos, conheço do recurso, por preencher os requisitos de admissibilidade, e, no mérito, dou parcial provimento para:

1. **MANTER** o acórdão proferido pela Comissão Disciplinar;
2. **READEQUAR** os efeitos da sanção aplicada ao primeiro denunciado BENÍCIO ABDALA DURANS PIRES LEAL, determinando que a suspensão de 30 (trinta) dias — mantido o acórdão de origem quanto à tipicidade e à autoria — seja cumprida durante a próxima competição esportiva organizada pela mesma entidade;
3. **APLICAR** de imediato a pena de prestação pecuniária;
4. **DECLARAR PREJUDICADA** a continuidade dos efeitos da liminar e da reconsideração parcial, com levantamento do regime *sub judice* e liberação das premiações conforme o resultado final deste julgamento.

**RAFAEL PAPINI RIBEIRO**

**AUDITOR DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO AUTOMOBILISMO**